

A Broken Windows Theory (BWT) **– Teoria das Janelas Partidas:** **uma análise crítica de segurança** **urbana e percepção de risco**

MARIA BRÁS

Doutorada em Psicologia

Universidade do Algarve – ESGHT

*ICPOL – Centro de Investigação do Instituto Superior
de Ciências Policiais e Segurança Interna*

 <https://orcid.org/0000-0002-1817-7694>

DOI: <https://doi.org/10.57776/dc1f-9m55>

Resumo: Este artigo apresenta uma reavaliação crítica da *Broken Windows Theory* (doravante BWT), à luz das abordagens contemporâneas da segurança urbana e das suas implicações metodológicas, éticas e territoriais. A partir de uma revisão bibliográfica sistematizada, são analisadas as origens, a difusão e os contributos interpretativos da teoria, bem como os seus impactos controversos na prática, com destaque para a criminalização da pobreza, o reforço das desigualdades raciais e o policiamento seletivo. O artigo discute abordagens alternativas, como a eficácia coletiva, o policiamento comunitário e o urbanismo inclusivo, propondo uma compreensão integrada e participativa da segurança urbana. Este trabalho corresponde à fase inicial de um projeto de investigação aplicada no município de Faro, que visa analisar as percepções locais de (in)segurança e apoiar a formulação de políticas públicas sensíveis ao contexto e baseadas em evidências empíricas. Conclui-se que a segurança

Maria Brás

Universidade do Algarve: mfbras@ualg.pt

Submetido em: 11/07/2025. Aceite em: 11/11/2025

urbana deve ser entendida como uma construção social coletiva, sustentada na coesão comunitária, na justiça espacial e na participação ativa.

Palavras-chave: segurança urbana; BWT; policiamento; espaço público; percepção de insegurança

Abstract: This article critically revisits the Broken Windows Theory (BWT) in light of contemporary perspectives on urban security. Drawing on an extensive literature review, it explores the origins, dissemination, and interpretative strengths of the theory, while highlighting its most contested effects—namely, the criminalization of poverty, racialized policing, and territorial stigmatization. The paper contrasts BWT with alternative frameworks such as collective efficacy, community policing, and inclusive urbanism, arguing for a more integrated and participatory vision of safety.

This work constitutes the theoretical foundation of an ongoing empirical study in Faro, Portugal, which investigates local perceptions of (in) security in relation to public space, social cohesion, and institutional trust. The study aims to inform context-sensitive public policies based on evidence rather than punitive models.

The findings underscore the importance of understanding urban security as a socially constructed and relational phenomenon, rooted in community resilience, spatial justice, and civic engagement.

Keywords: urban security; BWT; social cohesion; public space; perception of insecurity

Resumen: Este artículo ofrece una revisión crítica de la Broken Windows Theory – BWT a la luz de los enfoques contemporáneos sobre la seguridad urbana. A partir de una revisión bibliográfica exhaustiva, se analizan los orígenes, la difusión y las aportaciones interpretativas de la teoría, así como sus efectos más controvertidos, como la criminalización de la pobreza, el control policial selectivo y la estigmatización territorial. El trabajo contrasta la BWT con enfoques alternativos, como la eficacia colectiva, la policía comunitaria y el urbanismo inclusivo, abogando por una visión de la seguridad más integrada y participativa. Este estudio constituye la base teórica de una investigación empírica en curso en la ciudad de Faro (Portugal), centrada en las percepciones locales de (in) seguridad en relación con el espacio público, la cohesión social y la confianza institucional. El objetivo es fundamentar políticas públicas contextualizadas, orientadas por la evidencia y no por modelos punitivos. Los resultados destacan la necesidad de comprender la seguridad urbana como un fenómeno relacional y socialmente construido, basado en la resiliencia comunitaria, la justicia espacial y la participación ciudadana.

Palavras-clave: seguridad urbana; BWT; cohesión social; espacio público; percepción de inseguridad

Introdução

Num contexto urbano marcado por desigualdades territoriais, dinâmicas de segregação e percepções generalizadas de insegurança, a segurança urbana tornou-se uma dimensão estratégica das políticas públicas e da governação local. A forma como o espaço urbano é gerido em termos de ordem, manutenção e convivência influencia diretamente a qualidade de vida, a coesão social e a confiança institucional. Neste quadro, a segurança deixou de ser considerada uma função exclusivamente policial para assumir uma natureza multidimensional, na qual convergem fatores sociais, espaciais e institucionais (Body-Gendrot, 2012; UN-Habitat, 2007).

Entre os modelos teóricos que mais influenciaram as estratégias de segurança urbana nas últimas décadas destaca-se a Broken Windows Theory (BWT), proposta por Wilson e Kelling (1982). Esta teoria sugere que sinais visíveis de desordem no espaço público, como janelas partidas, grafitis ou lixo acumulado, geram percepções de abandono e permissividade institucional, desencadeando ciclos de retração cívica, medo e, potencialmente, criminalidade. A aplicação prática da BWT, especialmente em cidades norte-americanas como Nova Iorque, deu origem a políticas de policiamento de “tolerância zero” e a intervenções urbanas focadas na repressão de incividades (Bratton & Knobler, 1998; Harcourt, 2001).

Estudos empíricos identificaram efeitos secundários associados a essas estratégias, incluindo detenções por delitos menores, sobrecarga dos sistemas de justiça criminal e tensões nas relações entre forças de segurança e comunidades vulneráveis (Fagan & Davies, 2000; Roberts, 1998). Por outro lado, a validade empírica da BWT tem sido amplamente questionada. Investigações como as de Harcourt (2001) e Sampson e Raudenbush (2004) sublinham que a relação entre desordem e crime não é linear nem universal, sendo mediada por fatores estruturais como pobreza, segregação e níveis de coesão social.

Neste contexto, emergiram abordagens alternativas, como a teoria da eficácia coletiva (Sampson, Raudenbush & Earls, 1997), o policiamento comunitário (Cordner, 1998) e propostas de urbanismo participativo (Cozens & Love, 2015), que enfatizam a importância de redes sociais locais, da

confiança interpessoal e da qualidade do ambiente urbano na prevenção da insegurança.

O presente artigo tem dois objetivos principais: (1) analisar criticamente a BWT, identificando os seus fundamentos, limitações e implicações para as políticas de segurança urbana; e (2) delinear uma estrutura conceptual que fundamente a fase empírica de uma investigação aplicada em curso na cidade de Faro. Esta fase futura visa analisar, através de inquérito à população local, as perceções de (in)segurança urbana e a validade dos diferentes modelos interpretativos no contexto territorial específico.

A análise crítica que aqui se propõe parte da necessidade de rever os fundamentos e efeitos da BWT à luz dos atuais desafios urbanos em cidades médias como Faro, onde a perceção de insegurança não decorre necessariamente da criminalidade registada, mas de fatores sociais e simbólicos mais amplos.

1. Referencial Teórico

1.1. *A Broken Windows Theory* (BWT) – “Teoria das Janelas Partidas”

A BWT, desenvolvida por Wilson e Kelling (1982), baseia-se na hipótese de que sinais de desordem física e social no espaço urbano, como vandalismo, lixo ou comportamentos incivilizados, contribuem para a perceção de abandono institucional e incentivam a ocorrência de crimes mais graves. Esta lógica baseia-se numa metáfora simples: uma janela partida que não é reparada transmite a ideia de que ninguém se importa com aquele lugar, criando um ambiente propício à degradação progressiva.

Inspirada em experiências como a de Zimbardo (1969), em que um carro abandonado foi rapidamente vandalizado após apresentar o primeiro sinal de dano, a teoria ganhou notoriedade ao destacar a importância dos sinais simbólicos na manutenção da ordem pública. O modelo influenciou fortemente as políticas de segurança urbana nos Estados Unidos a partir da década de 1990, nomeadamente com a implementação de estratégias de “policiamento de qualidade de vida” em Nova Iorque, sob a liderança de Rudolph Giuliani e do comissário William Bratton (Bratton & Knobler, 1998).

Estudos como o de Skogan (1990) procuraram oferecer respaldo empírico à BWT, demonstrando uma associação entre desordem visível, aumento

do medo do crime e retração da vida comunitária. Contudo, autores como Harcourt (2001) questionaram a robustez metodológica dessas evidências, destacando a necessidade de controlar fatores estruturais como desigualdade socioeconômica, desemprego e segregação residencial. A crítica centra-se na ausência de uma relação causal consistente entre desordem e criminalidade, bem como nas potenciais distorções interpretativas causadas por variáveis contextuais.

Em síntese, a BWT representa uma mudança de paradigma no entendimento da segurança urbana, ao enfatizar a prevenção através do controlo de sinais de desordem. No entanto, a sua generalização como modelo explicativo tem gerado controvérsias científicas e operacionais que justificam a sua análise crítica, particularmente quando aplicada a contextos urbanos distintos daqueles para os quais foi originalmente formulada.

1.2. Segurança urbana

O conceito de segurança urbana tem evoluído significativamente nas últimas décadas, acompanhando transformações sociais, urbanas e institucionais nas cidades contemporâneas. De uma abordagem centrada quase exclusivamente na contenção da criminalidade por via policial, passou-se para uma perspetiva multidimensional, na qual se reconhece o papel de fatores socio espaciais, institucionais e ambientais na produção do sentimento de segurança (UN-Habitat, 2007).

A literatura especializada aponta que a insegurança urbana não resulta apenas de indicadores criminais objetivos, mas também de perceções subjetivas e de condições estruturais como pobreza, exclusão territorial e ausência de serviços públicos adequados (Body-Gendrot, 2012; Cozens & Love, 2015). A compreensão da segurança como bem coletivo implica considerar aspetos como o desenho urbano, a iluminação pública, a vitalidade dos espaços comuns e a qualidade das relações sociais locais.

Entre os modelos teóricos que contribuíram para este alargamento destaca-se a *Teoria da Eficácia Coletiva*, proposta por Sampson, Raudenbush e Earls (1997). Esta abordagem sustenta que o controlo social efetivo decorre da capacidade das comunidades para agir coletivamente, com base em laços de confiança mútua e em normas partilhadas de reciprocidade. Estudos empíricos demonstraram que bairros com níveis elevados de coesão social

tendem a apresentar menores índices de criminalidade, independentemente da ação policial direta (Sampson & Raudenbush, 1999).

Outra perspetiva relevante é o *Policimento Orientado para Problemas*, formulado por Goldstein (1979), que propõe uma atuação policial baseada na identificação e análise das causas estruturais dos problemas de segurança. Este modelo é precursor de práticas de policiamento baseadas em evidência e contextualizadas territorialmente, diferenciando-se de abordagens que se concentram apenas na resposta imediata a incidentes (Weisburd & Eck, 2004).

O *Policimento Comunitário* complementa estas abordagens ao valorizar a proximidade entre agentes de segurança e residentes, a escuta ativa e a coprodução de soluções locais. Cordner (1998) destaca que este modelo favorece a legitimação institucional e o fortalecimento das redes informais de vigilância, contribuindo para a redução da insegurança percebida.

Finalmente, o campo do urbanismo preventivo introduziu contributos significativos através da abordagem CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*), que se baseia na ideia de que o ambiente físico influencia comportamentos e pode ser projetado para reduzir oportunidades para o crime (Cozens & Love, 2015). No entanto, a aplicação desta abordagem requer uma leitura crítica para evitar soluções que reforcem exclusões ou segmentações territoriais.

A conjugação destas abordagens reforça a ideia de que a segurança urbana deve ser entendida como um fenómeno multidimensional, dependente de fatores sociais, espaciais, institucionais e ambientais. Esta perspetiva será explorada na investigação aplicada em Faro, procurando compreender como estes elementos se combinam na construção das perceções locais de (in) segurança.

1.3. Críticas à BWT

Apesar da sua influência nas políticas de segurança urbana, a BWT tem sido objeto de diversas críticas empíricas e metodológicas. Uma das principais refere-se à fragilidade da relação causal proposta entre desordem visível e criminalidade. Harcourt (2001), com base em reanálises dos dados de Skogan (1990), demonstrou que, ao controlar variáveis como pobreza e segregação residencial, a correlação entre sinais de desordem e crimes graves deixa de apresentar robustez estatística.

Metanálises recentes (Braga, Welsh & Schnell, 2015; O'Brien, Welsh & Farrell, 2020) confirmam que os efeitos das intervenções baseadas na BWT são, em muitos casos, modestos ou inconsistentes. Em algumas situações, as reduções observadas nos índices criminais foram mais atribuíveis ao aumento da presença policial do que à redução efetiva da desordem urbana. Este dado sugere que a eficácia das medidas pode depender mais de fatores operacionais do que de pressupostos teóricos.

Outra linha de crítica destaca a variabilidade da percepção de desordem. Sampson e Raudenbush (2004) identificaram que estas percepções são influenciadas por características demográficas e socioeconômicas da população residente, como etnia, nível de rendimentos e idade, o que pode gerar enviesamentos nas intervenções públicas. Assim, territórios com indicadores sociais semelhantes podem ser avaliados de forma distinta com base em percepções subjetivas, o que levanta questões sobre a equidade das políticas de controlo da desordem.

Em termos práticos, diversas investigações documentaram efeitos colaterais das estratégias associadas à BWT, como detenções em larga escala por infrações menores, sobrecarga dos sistemas judiciais e erosão da confiança entre populações locais e forças de segurança (Fagan & Davies, 2000; Roberts, 1998). Estes efeitos têm sido particularmente salientados em contextos urbanos marcados por desigualdade estrutural.

Por fim, estudos do campo do urbanismo crítico e da sociologia urbana apontam que a aplicação acrítica da BWT pode ser associada a processos de reconfiguração espacial, como a gentrificação ou a privatização do espaço público, com impactos sobre o direito à cidade e o acesso equitativo aos recursos urbanos (Mitchell, 2003; Caldeira, 2000). Embora estas consequências dependam do contexto específico, a literatura sugere que abordagens de segurança urbana devem ser sensíveis às dinâmicas sociais e territoriais envolventes.

Estas críticas não invalidam a totalidade das propostas da BWT, mas sublinham a necessidade de um uso cauteloso e contextualizado, com base em evidência empírica robusta e numa leitura crítica das condições locais. Como sintetizado na Tabela 1, as principais críticas à BWT podem ser agrupadas em seis categorias distintas:

Tabela 1 – Síntese de aspetos críticos da BWT

Crítica Principal	Descrição	Autor(es)	Ano
Relação causal fraca entre desordem e crime	Correlações desaparecem quando se controlam fatores socioeconómicos	Harcourt	2001
Preconceito na perceção de desordem	Perceção influenciada por fatores raciais e estigmatização	Sampson & Raudenbush	2004
Efeitos discriminatórios na prática	Repressão de pobres e minorias, detenções em massa	Fagan & Davies; Roberts	2000; 1998
Instrumentalização neoliberal da segurança	Segurança como ferramenta de controlo social e exclusão	Wacquant; Garland	2008; 2001
Consequências urbanísticas regressivas	Gentrificação, expulsão de populações vulneráveis	Caldeira; Mitchell	2000; 2003
Fragilidade empírica da BWT	Metanálises mostram efeitos inconsistentes das intervenções	Braga et al.; O'Brien et al.	2015; 2020

Fonte: Elaboração própria

1.4. Outras perspetivas sobre segurança, espaço urbano e medo

A análise contemporânea da segurança urbana exige uma abordagem crítica que ultrapasse os enquadramentos tradicionais da criminologia ambiental e do policiamento territorial. Nas últimas décadas, autores provenientes da sociologia crítica, como Loïc Wacquant (2008) e Zygmunt Bauman (2001), da geografia urbana, como Don Mitchell (2003) e Rachel Pain (2000), da filosofia política e criminologia, como Michel Foucault (2007) e David Garland (2001), e dos estudos urbanos e marxistas, como Mike Davis (1990) e David Harvey (2012), têm alargado o debate em torno da segurança, do controlo social e da organização dos espaços urbanos contemporâneos. Estes autores revelam como a segurança, longe de ser um conceito neutro, se encontra intrinsecamente ligada a lógicas de governação, exclusão territorial, estigmatização e produção social do medo. A partir destas perspetivas, a BWT pode ser reinterpretada como parte de um dispositivo político mais amplo (centrado na antecipação do risco, na vigilância permanente e na disciplina do espaço público).

Um dos contributos mais relevantes neste domínio provém de Foucault (2007), com a sua teoria da governação. Segundo este, a segurança moderna funciona como tecnologia de poder que visa gerir populações, regular condutas e modular riscos, através da antecipação e normalização de comportamentos. Neste enquadramento, a segurança deixa de ser uma resposta a um perigo concreto para se tornar uma estratégia de gestão permanente da incerteza. A BWT insere-se nesta lógica, ao propor o controlo preventivo de sinais de desvio antes que estes se materializem em crime.

A esta leitura alia-se a crítica de Garland (2001) à viragem punitiva neoliberal, em que o Estado, diante da fragmentação social e da retração do Estado-providência, substitui políticas sociais por políticas penais. A segurança, neste quadro, torna-se um substituto funcional da proteção social, operando com base em discursos de medo e responsabilização individual. A ênfase na ordem e na disciplina, como defendida pela BWT, reforça esta viragem.

Paralelamente, o conceito de medo do crime tem sido problematizado por Pain (2000), que argumenta que o medo não se distribui de forma homogénea na sociedade, estando profundamente marcado por género, idade, local de residência e experiências anteriores de exclusão. O medo, neste sentido, não resulta apenas de estatísticas criminais ou da desordem visível, mas é socialmente construído por meio de discursos mediáticos, estigmatização territorial e experiências quotidianas de insegurança simbólica. Ferraro (1995) também reforça a ideia de que o medo é mais influenciado por perceções e representações do que por vitimização real, o que desafia diretamente o pressuposto de que a repressão de sinais físicos de desordem conduz automaticamente à tranquilidade pública.

Autores como Mike Davis (1990) e Don Mitchell (2003) analisam como as cidades modernas, ao invés de promoverem inclusão e convivência, estão a ser reconfiguradas como espaços de vigilância, exclusão e controlo. Elementos como mobiliário anti-sem-abrigo, barreiras físicas, zonas vigiadas e privatização de espaços outrora públicos revelam um modelo de cidade que privilegia a segurança do consumo e da propriedade, em detrimento da diversidade social e da justiça espacial. A BWT tem sido, neste contexto, instrumentalizada para justificar intervenções de “higienização urbana” e “policiamento seletivo”.

Por fim, o conceito de direito à cidade, formulado por Lefebvre (1968) e retomado por autores contemporâneos como Harvey (2012), propõe uma reconceptualização da segurança urbana como condição para a cidadania

plena, incluindo o direito ao espaço, à mobilidade, à pertença e à expressão. Esta visão contrasta com a abordagem da BWT, ao centrar-se na coesão social, na equidade territorial e na participação ativa dos cidadãos na construção do seu meio urbano.

Estas perspetivas não se excluem mutuamente, mas oferecem lentes complementares para compreender os fenómenos de insegurança urbana. A tabela abaixo propõe uma síntese gráfica dos principais modelos abordados, relacionando-os com as suas dimensões explicativas centrais. A Tabela 2 organiza comparativamente os diferentes modelos de segurança urbana analisados neste artigo, com destaque para as suas dimensões explicativas:

Tabela 2 – Modelos interpretativos da segurança urbana

Modelo	Dimensão Explicativa
BWT	Ordem visual/controlo preventivo
Eficácia coletiva	Coesão social/ação coletiva
Policimento comunitário	Proximidade institucional/coprodução
Urbanismo inclusivo	Acessibilidade/desenho participativo
Segurança como construção social	Perceções/discursos/território

Fonte: Elaboração própria

1.5. Hipóteses conceptuais do estudo

Embora este artigo se dedique sobretudo à análise teórica e crítica da Teoria das Janelas Partidas (BWT) e de modelos alternativos de segurança urbana, ele integra-se numa investigação aplicada mais ampla, cuja fase empírica se encontra em desenvolvimento na cidade de Faro. Com base na revisão da literatura e nas dimensões teóricas previamente discutidas, propõe-se uma estrutura analítica a testar numa etapa posterior do projeto.

Esta estrutura assume a forma de hipóteses conceptuais, formuladas para orientar a recolha e interpretação de dados empíricos no território em análise. As hipóteses não decorrem de resultados apresentados neste artigo, mas organizam, de forma sistemática, as relações teóricas entre variáveis identificadas como relevantes na literatura científica sobre percepção de (in) segurança, coesão social e desordem urbana. São, portanto, hipóteses de trabalho que estruturam o desenho da investigação futura e operacionalizam os contributos teóricos aqui discutidos.

As hipóteses propostas são as seguintes:

H1. A percepção de insegurança urbana está mais fortemente associada a fatores contextuais e sociais (como coesão comunitária, confiança institucional e cuidados com o espaço público) do que à simples presença de sinais físicos de desordem.

H2. A presença de elementos de desordem urbana (grafitis, lixo, edifícios degradados) influencia negativamente a percepção de segurança, mas este efeito é mediado por variáveis como iluminação pública, elementos de vigilância e sentimento de pertença ao território.

H3. Os sentimentos de medo e restrição da mobilidade não derivam apenas de experiências de vitimização direta, mas são também moldados por representações sociais, discursos mediáticos e ausência de comunicação institucional clara.

H4. A coesão social e a confiança entre vizinhos estão positivamente associadas à percepção de segurança, funcionando como mecanismos de controlo social informal mais eficazes do que a repressão de comportamentos incivilizados.

H5. A confiança nas forças de segurança e nas autoridades locais influencia positivamente a percepção de segurança, refletindo o papel da presença institucional percebida na construção do sentimento de proteção no espaço urbano.

Estas hipóteses serão operacionalizadas empiricamente através de um inquérito por questionário aplicado à população residente em diferentes zonas do concelho de Faro, com base nas variáveis discutidas neste artigo: percepção de desordem, coesão social, confiança institucional, sentimento de pertença, qualidade do espaço público e sensação de segurança.

A estrutura analítica delineada oferece, assim, uma base para testar os pressupostos centrais da BWT face a abordagens mais integradas de segurança urbana, contribuindo para o debate científico e para a formulação de políticas públicas informadas por evidência local.

2. Metodologia

Este artigo adota uma abordagem teórico-reflexiva, centrada numa revisão crítica da literatura científica relevante sobre segurança urbana, percepção de desordem e modelos interpretativos alternativos à BWT. A

metodologia utilizada corresponde à fase exploratória e conceptual de uma investigação mais ampla, de natureza mista, que inclui uma componente empírica subsequente.

A análise desenvolvida estrutura-se em duas dimensões complementares: (1) Uma revisão bibliográfica sistemática e interdisciplinar, centrada em artigos científicos, livros de referência e relatórios institucionais, com particular incidência nas áreas da criminologia urbana, sociologia do espaço, planeamento urbano e estudos sobre segurança. As fontes foram seleccionadas com base em critérios de relevância temática (artigos com foco em segurança urbana, percepção de insegurança e espaço público), atualidade e impacto académico (indexação em bases como Scopus, Web of Science e Google Scholar, número de citações, e pertinência nas áreas da sociologia urbana, criminologia e planeamento territorial); (2) a formulação de uma estrutura analítica com hipóteses conceptuais testáveis, baseada nos principais contributos identificados na literatura. Esta estrutura servirá de base para a construção de instrumentos empíricos a aplicar na cidade de Faro, nomeadamente um inquérito por questionário dirigido à população residente.

A fase empírica, a desenvolver posteriormente, terá como objetivo recolher dados sobre variáveis como percepção de desordem física e social, coesão comunitária, confiança institucional, sensação de segurança, sentimento de pertença e experiência de vitimização. A análise desses dados permitirá testar a validade explicativa dos diferentes modelos teóricos analisados neste artigo, com particular atenção à aplicabilidade local da BWT.

Deste modo, a metodologia adotada assegura a articulação entre fundamentação teórica e aplicação prática, reforçando a utilidade científica e social do estudo proposto.

3. Discussão e Análise Crítica

3.1. Contributos interpretativos da BWT

A BWT, apesar das suas limitações, introduziu elementos relevantes para a compreensão das dinâmicas de percepção de insegurança no espaço urbano. A ideia de que sinais de desordem visível afetam o sentimento de segurança coletivo tem sido confirmada por estudos que associam ambientes urbanos degradados à retração do uso do espaço público, ao aumento do medo do crime e ao enfraquecimento dos laços comunitários (Skogan,

1990). Outro contributo relevante foi ter destacado o papel simbólico do ambiente urbano como indicador da presença (ou ausência) do poder público. Elementos como manutenção de espaços públicos, iluminação, limpeza e visibilidade da autoridade são frequentemente percebidos pelos residentes como sinais da capacidade de ação das instituições (Garland, 2001). Neste sentido, a BWT contribuiu para o reconhecimento de que o espaço urbano não é neutro, mas um produtor de significados sociais e institucionais.

Além disso, algumas experiências demonstraram que intervenções físicas em espaços degradados, quando articuladas com programas sociais e comunitários, podem contribuir para a melhoria do sentimento de segurança sem recorrer a estratégias repressivas. Um exemplo é o estudo de Branas et al. (2016), que demonstrou uma correlação positiva entre a requalificação de lotes abandonados em Filadélfia e a redução de crimes violentos.

3.2. Fragilidades analíticas da BWT

Apesar dos seus contributos, a BWT apresenta diversas fragilidades analíticas. A principal refere-se à ausência de uma relação causal consistente entre desordem e criminalidade. Harcourt (2001) demonstrou que, ao controlar fatores como pobreza e segregação social, a correlação entre sinais de desordem e crimes graves tende a desaparecer. Metanálises subsequentes reforçaram que os efeitos das intervenções inspiradas na BWT são inconsistentes e, muitas vezes, atribuíveis ao aumento da presença policial, e não à eliminação da desordem em si (Braga et al., 2015; O'Brien et al., 2020).

Adicionalmente, a percepção de desordem é influenciada por elementos subjetivos e contextuais. Sampson e Raudenbush (2004) demonstraram que bairros com populações racializadas ou mais pobres são frequentemente percebidos como mais desordeiros, mesmo quando os indicadores físicos de degradação são semelhantes aos de outras zonas. Este fenómeno levanta preocupações quanto ao potencial de reprodução de desigualdades nas políticas baseadas na BWT.

Do ponto de vista operacional, a tradução da teoria em estratégias de “tolerância zero” revelou efeitos colaterais importantes: detenções por delitos menores, sobrecarga dos sistemas judiciais e erosão da confiança entre comunidades e instituições policiais (Fagan & Davies, 2000; Roberts, 1998). Estas consequências, amplamente documentadas, ilustram os riscos

de aplicar a BWT de forma descontextualizada e sem considerar os impactos sociais das medidas de controlo urbano.

Em resposta, têm sido valorizados modelos que integram fatores sociais e institucionais na construção da segurança. A eficácia coletiva, o policiamento comunitário e o urbanismo inclusivo têm demonstrado, em diferentes contextos, maior capacidade de promover segurança sustentada com base na participação cidadã e na inclusão territorial (Sampson et al., 1997; Cozens & Love, 2015).

A análise desenvolvida neste artigo reforça a necessidade de abordagens multidimensionais da segurança urbana, que reconheçam a complexidade das dinâmicas locais e evitem reducionismos ambientais ou punitivos. A aplicação empírica prevista permitirá avaliar, no caso da cidade de Faro, até que ponto estas abordagens alternativas oferecem melhores respostas aos desafios de segurança percebida.

Conclusão

A BWT representou um marco relevante no debate sobre segurança urbana ao destacar a importância dos sinais de desordem no espaço público e da sua influência na percepção de insegurança. Contudo, a sua generalização como modelo explicativo revelou fragilidades empíricas, metodológicas e operacionais, sobretudo quando aplicada de forma descontextualizada e com ênfase em políticas repressivas.

A revisão da literatura realizada neste artigo evidenciou que os pressupostos da BWT não se sustentam de forma robusta perante dados empíricos recentes, particularmente quando se controlam fatores estruturais como pobreza, segregação urbana e ausência de confiança institucional. Além disso, a percepção de desordem é mediada por dimensões subjetivas e sociais, como o estigma territorial ou a composição demográfica, o que pode conduzir a intervenções públicas enviesadas ou discriminatórias.

A análise crítica desenvolvida permitiu identificar abordagens teóricas alternativas que oferecem maior consistência e sensibilidade contextual. A teoria da eficácia coletiva, o policiamento comunitário, o urbanismo inclusivo e os contributos das ciências sociais urbanas apontam para modelos de segurança mais colaborativos, preventivos e integrados, com foco na qualidade das relações sociais, na gestão participativa do espaço público e na articulação entre instituições e cidadãos.

Este artigo insere-se na fase teórica de uma investigação aplicada a decorrer no município de Faro. Com base na revisão teórica e nos modelos discutidos, foi proposta uma estrutura analítica composta por hipóteses conceptuais a testar empiricamente junto da população local. A investigação prevê a aplicação de um questionário abrangente, visando compreender como se articulam percepções de insegurança, desordem física e social, confiança institucional, sentimento de pertença e coesão comunitária.

Ao contribuir para uma leitura crítica, comparativa e fundamentada da segurança urbana, este artigo pretende apoiar a construção de políticas públicas mais justas, eficazes e informadas por evidência. O seu valor reside na capacidade de articular teoria e prática, oferecendo ferramentas analíticas úteis para a compreensão e intervenção em contextos urbanos contemporâneos, em particular aqueles que, como Faro, enfrentam desafios relacionados com fragmentação territorial, percepção de insegurança e necessidade de reforço da coesão social.

O estudo reforça, assim, a importância de conceber a segurança urbana como um fenómeno relacional e multidimensional, cuja compreensão exige abordagens integradas que articulem espaço, instituições e comunidades, e cujas respostas devem ser adaptadas às especificidades socio territoriais de cada realidade local.

Reconhece-se, contudo, que este estudo, por se encontrar ainda na fase teórica, apresenta limitações que devem ser consideradas. A futura aplicação empírica em Faro poderá enfrentar desafios relacionados com o enviesamento das percepções, a amostragem representativa e a operacionalização precisa das variáveis identificadas.

Referências

- Bauman, Z. (2001). *Community: Seeking safety in an insecure world*. Polity Press.
- Body-Gendrot, S. (2012). *Globalization, fear and insecurity: The challenges for cities north and south*. Palgrave Macmillan.
- Braga, A. A., Welsh, B. C., & Schnell, C. (2015). Can policing disorder reduce crime? A systematic review and meta-analysis. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52(4), 567–588. <https://doi.org/10.1177/0022427815576576>
- Bratton, W. J., & Knobler, P. (1998). *Turnaround: How America's top cop reversed the crime epidemic*. Random House.
- Caldeira, T. (2000). *City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. University of California Press.

- Cordner, G. (1998). Community policing: Elements and effects. In G. Alpert & A. Piquero (Eds.), *Community policing: Contemporary readings* (pp. 45–62). Waveland Press.
- Cozens, P., & Love, T. (2015). A review and current status of crime prevention through environmental design (CPTED). *Journal of Planning Literature*, 30(4), 393–412. <https://doi.org/10.1177/0885412215595440>
- Davis, M. (1990). *City of quartz: Excavating the future in Los Angeles*. Verso.
- Fagan, J., & Davies, G. (2000). Street stops and broken windows: Terry, race, and disorder in New York City. *Fordham Urban Law Journal*, 28(2), 457–504. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.257813>
- Foucault, M. (2007). *Security, territory, population: Lectures at the Collège de France, 1977–1978* (M. Senellart, Ed.; G. Burchell, Trans.). <http://dx.doi.org/10.22439/fs.v0i5.1412>
- García-Pabón, J. (2014). Seguridad ciudadana: Un enfoque multidimensional. *Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana*, 3(1), 15–32.
- Garland, D. (2001). *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. Oxford University Press.
- Goldstein, H. (1979). Improving policing: A problem-oriented approach. *Crime & Delinquency*, 25(2), 236–258. <https://doi.org/10.1177/001112877902500207>
- Harcourt, B. E. (2001). *Illusions of order: The false promise of broken windows policing*. Harvard University Press.
- Harvey, D. (2012). *Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution*. Verso.
- Loader, I., & Sparks, R. (2010). *Public criminology?*. Routledge.
- Mitchell, D. (2003). *The right to the city: Social justice and the fight for public space*. Guilford Press.
- O'Brien, D. T., Welsh, B. C., & Farrell, C. (2020). Broken (Windows) theory: A meta-analysis of the evidence for the pathways from neighborhood disorder to resident health outcomes and behaviors. *Social Science & Medicine*, Vol. 228, 272–292. <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.11.015>
- Pain, R. (2000). Place, social relations and the fear of crime: A review. *Progress in Human Geography*, 24(3), 365–387. <https://doi.org/10.1191/030913200701540474>
- Roberts, D. E. (1998). Foreword: Race, vagueness, and the social meaning of order-maintenance policing. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 89(3), 775–836. <https://doi.org/10.2307/1144205>
- Sampson, R. J., & Raudenbush, S. W. (1999). Systematic social observation of public spaces: A new look at disorder in urban neighborhoods. *American Journal of Sociology*, 105(3), 603–651. <https://doi.org/10.1086/210356>
- Sampson, R. J., Raudenbush, S. W., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science*, 277(5328), 918–924. <https://doi.org/10.1126/science.277.5328.918>

- Skogan, W. G. (1990). *Disorder and decline: Crime and the spiral of decay in American neighborhoods*. University of California Press.
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333–339. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>
- United Nations Development Programme (UNDP) (1994). *Human development report 1994: New dimensions of human security*. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr1994encompletenostats.pdf>
- UN-Habitat. (2007). *Enhancing urban safety and security: Global report on human settlements UN-Habitat – United Nations Human Settlements Programme*. <https://unhabitat.org/enhancing-urban-safety-and-security-global-report-on-human-settlements-2007> .
- Wacquant, L. (2008). *Urban outcasts: A comparative sociology of advanced marginality*. Polity Press.
- Kelling, G. L. & Wilson, J. Q (1982). Broken windows: The police and neighborhood safety. *The Atlantic Monthly*, 249(3), 29–38.
- Zimbardo, P. G. (1969). *The human choice: Individuation, reason, and order versus deindividuation, impulse, and chaos*. 17, 237–307. <https://psycnet.apa.org/record/1971-08069-001>